A importância do intérprete de Libras na sala de aula do ensino regular

Maria Navegantina

R.A.:

Curso de Pós-graduação em Língua Brasileira de Sinais

RESUMO

O intérprete tem a função de estabelecer uma relação entre o professor e o aluno, uma vez que a aprendizagem é mútua. Dessa forma, o discente surdo, necessita da intervenção de um profissional qualificado, com o intuito de romper com as barreiras no processo de ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Então, é importante compreender o papel do intérprete em relação ao discente surdo na escola e, conseqüentemente, a aceitação do intérprete como parte essencial da instituição escolar. Nessa perspectiva, este artigo trata-se de um relato de experiência em torno da vivência de uma aluna surda no ensino regular, com o intuito de analisar a importância do intérprete de Libras na sala de aula, procurando destacar as vantagens e as desvantagens da profissão, uma vez que o intérprete é papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Regular. Língua Brasileira de Sinais. Intérprete de Libras.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um local de diversas descobertas e experiências. Mas também pode ser o palco de muitos desafios. Se para um aluno “ouvinte”, a rotina escolar apresenta grandes dificuldades.

Para o aluno surdo, esses problemas são intensificados, pois, além das barreiras impostas pela sociedade, o surdo encontra-se inserido em um ambiente repleto de ouvintes, que desconhecem a Libras, e a comunicação em sala de aula é intermediada por um intérprete, que é o responsável permitir, ao surdo, acesso ao conhecimento e as interações dentro do espaço escolar.

A postura assumida por tal profissional será responsável pelo crescimento tanto cognitivo quanto afetivo do aluno surdo, tendo em vista

que o sujeito não é uma máquina de conhecimento, mas, pelo contrário, ele é um sujeito constituído de sentimento e emoções.

Nessa perspectiva, o presente trabalho trata-se de um relato de experiência em torno da vivência de uma aluna surda no ensino regular, com o intuito de analisar a importância do intérprete de Libras na sala de aula, procurando destacar as vantagens e as desvantagens da profissão, uma vez que o intérprete é papel fundamental no processo de ensino/aprendizagem. É preciso considerar, também, que a falta do intérprete compromete todo o aprendizado do aluno surdo, pois a comunicação é obstruída.

Língua Brasileira de Sinais: abordagem histórica

De acordo com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002,:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Dessa forma, a Língua Brasileira de Sinais apresenta aspectos lingüísticos como qualquer outra língua. Dessa forma, ela é constituída por um sistema de regras que segue os mesmos princípios das línguas orais (PEREIRA, 2011, p. 59).

“A trajetória percorrida para alcançar direitos legais na educação dos surdos tem sido árdua e laboriosa” (ALMEIDA e SILVA, 2009, p.81). Durante muito tempo, eles sofreram para constituírem sua identidade e adquirir os seus direitos.

Conforme ressalta Pereira (2011, p. 25) “os Surdos tiveram, historicamente, sua identidade estigmatizada e se sentiram desvalorizados pela sociedade ouvinte, que não aceitava a língua de sinais, considerando apenas mímica e gesto”. Dessa forma, os Surdos foram colocados à margem da sociedade, pois sua identidade foi negada.

De acordo com Almeida e Silva (2009, p. 81), a Constituição de 1967 e a Constituição de 1988 em conjunto com a nova LDB, de 1996, contribuem no direito à educação para os surdos. Porém a maior contribuição foi o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, pois ela institui o ensino aos

surdos na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Dessa forma, a partir do Decreto 5.626/2005, o surdo passa a ter sua identidade garantida, pois “a aquisição de uma língua – e de todos os mecanismos afeitos a ela – faz creditar à língua de sinais a capacidade de ser a única que pode oferecer uma identidade ao Surdo” (PEREIRA, 2011, p. 25).

Portanto, a Libras foi crucial para a sociedade e a comunidade surda, uma vez que colocaram o surdo em posição de igualdade com o ouvinte.

Dessa forma, a escola se constitui como a instituição responsável por propagar o conhecimento em relação à Língua de Sinais, pois é na escola que podemos, de fato, transformar a sociedade.

Nessa perspectiva, a Libras é importante no processo de ensino-aprendizagem do surdo, uma vez que é por intermédio da Libras que os alunos interagem em sala, e, somente assim, podem adquirir autonomia, que é indispensável para qualquer sujeito.

Intérprete no Ensino Regular

De acordo com o Decreto nº 5.626 do art. 14, de 22 de dezembro de 2005, é obrigatório, por parte das instituições federais de ensino, proporcionar:

Às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

Logo, “o intérprete tem tido uma importância valiosa nas interações entre surdos e ouvintes” (GESSER, 2009, p. 47), uma vez que ele atua como facilitador nas interações dentro e fora da sala de aula.

Alguns alunos e professores acreditam que os surdos são pessoas que não possuem capacidade de aprendizado. Portanto, evitam contato e interação com tais alunos. Entretanto, essa realidade está sendo excluída, pois com ajuda do intérprete as barreiras vão sendo superadas e os alunos surdos vão evidenciando sua real capacidade.

Intérprete de Libras: um olhar atento em sala de aula

O seguinte relatório passa a descrever de forma detalhada a aprendizagem da estudante Ana Paula Silva de Lima do 8º ano “B”, vespertino, inserida na Escola Municipal Professora Maria Madalena, durante o ano letivo de 2017.

A estudante apresentava algumas dificuldades em relação à escrita e à leitura, pois não apresentava conhecimentos linguísticos em Língua Portuguesa na modalidade escrita, que representava a segunda língua da aluna.

A partir disso, a aluna passou a realizar atividades na sala multifuncional com o suporte em Libras e Língua Portuguesa com o objetivo de desenvolver a aprendizagem da Língua Portuguesa e mais precisamente da Libras, língua materna da aluna.

Conforme ressalta Gesser (2009, p. 59):

O ensino da escrita para os surdos, entretanto, tem que ser, indiscutivelmente, promovido na língua primeira de sinais. Atualmente há um consenso entre especialistas sobre o fracasso escolar em relação à aquisição de conhecimento e ao desenvolvimento da linguagem (escrita) quando a língua de sinais não é utilizada como língua de instrução.

Nessa perspectiva, a partir do conhecimento latente da Libras, o aluno poderá atingir um desenvolvimento cognitivo satisfatório em relação ao conhecimento da escrita, pois ele estará preparado para internalizar a modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Essas aulas na sala multifuncional ocorreram, durante um bimestre e meio, sendo de forma contínua na sala de aula e nos momentos dos intervalos.

Então, os procedimentos metodológicos foram realizados de forma gradativa. Durante as aulas, os professores realizavam a explicação dos conteúdos para todos os alunos presentes na sala. Embora, eles soubessem que tinha uma aluna surda, a intérprete não recebia previamente um roteiro sobre a temática a ser desenvolvida na sala de aula.

Dessa forma, o processo de interpretação ocorria sem o conhecimento prévio, por parte da intérprete. Ou seja, o primeiro contato tanto da aluna surda como o contato da intérprete com o conteúdo era em sala. Aliás, em alguns momentos, a turma atrapalhava o processo de interpretação, pois faziam ruídos que

dificultavam a compreensão da fala do professor.

Para sanar com os problemas, durante o intervalo, a intérprete trabalhava com o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa e de Libras.

Antes de ter uma intérprete, a aluna apresentava um péssimo rendimento nas disciplinas, pois em um ditado realizado pela intérprete a aluna não conseguia escrever nenhuma palavra referente ao sinal configurado na sala multifuncional. Durante as aulas de reforço, a aluna surda passou a apresentar alguns avanços na grafia das palavras, cometendo pequenos desvios ortográficos.

É importante ressaltar que os sinais faziam referência a palavras simples, por exemplo: bola, casa, janela, livro, caderno entre outras. Posteriormente, ocorreu o avanço em relação ao ditado de palavras mais complexas.

A intérprete realizava o ditado com 4 sinais, onde a aluna surda deveria escrever as respectivas palavras. Durante o fim do bimestre e meio a aluna surda estava tendo um acerto entre 3 e 4 questões. Por essa razão, ao decorrer do ano, a discente

passou a demonstrar avanços na sua aprendizagem por acertar um pouco mais nas atividades extras durante o momento dos intervalos, deste modo foi observado pelos professores que ela já estava fazendo as atividades individualmente, mas com auxílio da intérprete em determinados momentos.

Quando iniciou o segundo bimestre, a aluna estava em contato com todos na sala de aula, passando a interagir de forma espontânea com todos os presentes no espaço escolar. Diante de tudo isso, observou-se que o desempenho da aluna foi bastante proveitoso, uma vez que ela não faltava às aulas e estava constantemente atenta a todos os conteúdos dados pelos docentes durante as realizações das aulas.

A estudante passou a ter um comportamento em sala de aula bastante animadora, por que ela entrava sempre em harmonia com todos por se comunicar por meio da língua de sinais com os alunos que passaram a conhecer um pouco da Libras, no qual foi ensinado pela intérprete na sala durante as horas vagas, uma vez que “a incorporação da língua de sinais é imprescindível para assegurar condições mais

propícias nas relações intra e interpessoais que, por sua vez, constituem o funcionamento das esferas cognitivas, afetivas e sociais dos seres humanos” (GESSER, 2009, p. 58-59).

Por essa razão, nota-se que o progresso educacional foi bastante intenso, pois a aluna passou a se destacar entre os outros como uma das melhores alunas na sala de aula, sendo assim uma aluna dedicada e esforçada, mas teve uma colaboração da parte da estudante por querer aprender, mas apesar dos desafios ela conseguiu aprender a ler algumas palavras e frases em português de forma gradativa e interagir com maior autonomia na escola.

CONCLUSÃO

No espaço escolar, o intérprete atua no processo de ensino e aprendizagem, oferecendo, ao aluno, suporte necessário para ter acesso ao conhecimento e, também, poder interagir com professores e colegas.

Gesser (2009, p. 59) indaga se “a escola tem atuado de forma a garantir o acesso e o uso da língua dos surdos, por exemplo, em seu ambiente escolar?”. Encontrar tal

resposta é difícil, mas a partir do intérprete os problemas podem ser minimizados, pois ele possibilita o acesso ao conhecimento e a comunicação no espaço escolar.

Indiscutivelmente a sociedade brasileira está oferecendo mais condições igualitárias para os surdos. Porém, os obstáculos encontrados ainda persistem. Ser um intérprete em Libras é ir além das barreiras da mera interpretação. É enxergar as potencialidades do aluno surdo.

Não é uma tarefa fácil ser intérprete. Mas, é extremamente importante o papel dessa profissão. A ausência de um profissional de interpretação em Libras afeta o potencial cognitivo e afetivo do aluno surdo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de; SILVA, Silvana Araújo. (Org.). **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-

2006/2005/Decreto/D5626.htm#art>
Acesso em: 04 de março de
2018.14:42h.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 04 de março de 2018/14:50h.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?:** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Editorial, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. (Org.). **LIBRAS:** conhecimentos além dos sinais. – 1. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.